
O papel da teoria no método de pesquisa em Administração

The role of theory on Administration research method

ANDRÉ LUIZ MARANHÃO DE SOUZA LEÃO
SÉRGIO CARVALHO BENÍCIO DE MELLO
RICARDO SÉRGIO GOMES VIEIRA

RESUMO

A Administração tem se caracterizado como uma ciência com uma abordagem primordialmente empírica. Este não chega a ser um problema em si. Contudo, aponta para o risco de produzirmos um conhecimento efêmero ou pífio, que não sobreviva em longo prazo e para questões mais amplas que problemas de certas organizações. Neste sentido, nos perguntamos sobre o lugar da teoria no método adotado para as pesquisas em Administração, o que envolve um problema epistemológico. Com isto em mente, o presente trabalho discute as abordagens indutiva e hipotético-dedutiva, considerando suas diferenças. Discutimos também aspectos críticos em relação à adoção de uma dessas abordagens, e as confrontamos por meio da chamada “guerra dos paradigmas”. Para além do dilema, apresentamos a possibilidade de abordagens mistas. Finalmente, apontamos que o pesquisador em Administração quase sempre esteja em algum ponto deste processo, o qual percebemos como um continuum, e que o mais importante seja que tenhamos uma clara visão do lugar da teoria em nossas pesquisas, como meio de qualificar o conhecimento que geramos.

ABSTRACT

Administration has been characterized as a empirical science. This is not a problem in itself. However, this points to the risk of producing an ephemeral or insignificant knowledge, which does not survive in the long term and to broader issues than problems within certain organizations. In this sense, we ask about the place of theory in the method adopted for researches in Administration, what involves an epistemological problem. With this in mind, this article discusses the hypothetical-deductive and inductive approaches, considering their differences. We also discuss critical issues regarding the adoption of any of these approaches, and then we face them by the so-called "war of paradigms". Behind the dilemma, we present the possibility of joint approaches. Finally, we point out that the Administration researcher is almost always somewhere in this process, which we realize as a continuum, and that the most important is that we have a clear vision of the place of theory in our research as a means of qualify the knowledge that generate.

1. INTRODUÇÃO

A atividade acadêmica pode ser interpretada como o meio formal de produção e aquisição de conhecimento. Esta questão tem sido do interesse de pesquisadores e filósofos desde Aristóteles. Seguindo os seus passos, a maior parte das teorias contemporâneas se posiciona em estágios da produção e aquisição do conhecimento com relação ao raciocínio indutivo e ao dedutivo. A abordagem dedutiva (também chamada de raciocínio lógico) prevê que os fatos observados se baseiam em teorias e hipóteses que poderão ser aceitas ou rejeitadas. Esta aceitação ou rejeição contribui para se explicar ou prever um fenômeno. Quando, por outro lado, são utilizados fatos observados na geração de uma teoria consistente com estes mesmos fatos, então se está seguindo a abordagem indutiva (KJELDAL, 2002).

Neste sentido, a pesquisa científica poderá ter seu ponto de partida e condução baseado em uma das abordagens descritas. Tal aspecto aponta para o papel da teoria nas pesquisas científicas. Se, por um lado, o pesquisador se baseou na teoria para construir hipóteses e seu trabalho de campo terá o objetivo de testá-las, sua

orientação estará baseada no raciocínio hipotético-dedutivo; se, por outro, o pesquisador foi a campo apenas com uma noção do fenômeno a ser observado e a teoria lhe será útil apenas no momento de interpretar os dados coletados, então sua orientação estará baseada no raciocínio indutivo.

A orientação escolhida será reflexo da abordagem epistemológica adotada, em que comumente o método quantitativo e o qualitativo se apresentam em lados opostos, levando às escolhas da abordagem hipotético-dedutiva ou da indutiva, respectivamente. Apesar desta questão parecer estar no cerne da chamada “guerra dos paradigmas”, que sugere que os métodos são inconciliáveis, uma abordagem mista do uso da teoria pode ser a chave para que esta seja mais bem utilizada nos métodos de pesquisa das ciências sociais, independentemente da postura do pesquisador em relação à possibilidade ou não de uma conciliação entre tais perspectivas metodológicas.

Nos estudos organizacionais, a utilização de paradigmas tem sido objeto de discussões e debates (PFEFFER, 1993, CLEGG; HARDY, 1999). Esta “guerra” teve sua origem em Burrell e Morgan (1979). Surgiu como forma para debater a teoria social em geral e a teoria organizacional em particular (SILVA; NETO, 2006). É importante lembrar que a proposta de incomensurabilidade dos paradigmas e a forma segmentada de sua apresentação por Burrell e Morgan (1979) originaram muitas críticas. Destas, alternativas foram sendo apresentadas e o debate veio à tona. Um quadro resumo deste debate pode ser visto em Morgan e Smircich (1980) que apresentam um *continuum* entre abordagens subjetivas e objetivas nos estudos organizacionais. Muitos autores têm discutido os paradigmas nos estudos das organizações, contudo, os estudos de Gioia e Pitre (1990), Ritzer (1980), Schultz e Hatch (1996) e Lewis e Grimes (1999) apresentaram possibilidades metateóricas relacionadas a abordagens multiparadigmáticas (SILVA; NETO, 2006).

O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel da teoria nos métodos de pesquisa em ambas as abordagens – hipotético-dedutiva e indutiva –, bem como confrontá-las e, através disto, apresentar uma terceira visão, de uso misto das abordagens, como meio de utilizar a teoria de forma mais adequada, ou mesmo efetiva, nas ciências sociais e em seus respectivos desenhos de pesquisa. Acredita-se que, desta forma, é possível oferecer condições para que um mesmo fenômeno possa ser visto de outra forma, pois na medida em que o pesquisador utiliza várias lentes para observar o

fenômeno, diferentes matizes poderão ser percebidos. Com lembra Bericat (1998), a ciência social é essencialmente multiparadigmática. Neste sentido, a estrutura do texto está dividida em quatro partes: as duas primeiras apresentam cada uma das orientações, a terceira apresenta um confronto entre os paradigmas e a última sugere abordagens mistas no uso dos raciocínios hipotético-dedutivo e indutivo, bem como a função da teoria em cada uma das abordagens.

2. A ABORDAGEM HIPOTÉTICO-DEDUTIVA

A dedução é definida como o processo humano de se mover de uma coisa para outra, do conhecido para o desconhecido. Utilizando-se do que se conhece, o ser humano se move em direção ao que não conhece. Esta lógica parte do pressuposto de que uma pessoa racional, através do que já conhece, pode ir além de sua percepção imediata e resolver problemas obscuros. Esta questão é conhecida como a própria natureza do processo de raciocínio (KJELDAL, 2002).

Na ciência, a perspectiva hipotético-dedutiva enfatiza leis universais de causa e efeito num modelo explicativo que assume uma ontologia realista; isto quer dizer que a realidade consiste de um mundo de fatos objetivamente definidos. Na tradição dedutivista, o pesquisador começa com uma relação lógica e abstrata entre conceitos que levam para evidências empíricas concretas (ALI; BIRLEY, 1999).

Portanto, na pesquisa dedutivista, existe um papel claro da teoria, tendo em vista sua função de desenvolver hipóteses, levar à escolha de variáveis e às medidas resultantes que se pretende utilizar. Dentro deste paradigma, o cientista formula um modelo teórico particular e, então, o testa empiricamente. Ou seja, o raciocínio dedutivo é um processo de teste da teoria, que se inicia com uma generalização ou teoria estabelecida e procura observar se tal teoria se aplica em instâncias ou situações específicas (DESHPANDE, 1983; LINCOLN; GUBA, 1985; HYDE, 2000).

Um exemplo desta abordagem pode ser dado quando se antecipam os antecedentes de uma dada variável. “Percepção de *expertise*” pode ser entendida como um antecedente de confiança na prestação de serviços. Este pressuposto é identificado na literatura existente e então observado se está presente de fato num dado fenômeno.

A abordagem hipotético-dedutiva tem dominado o que se convencionou chamar de ciência normal, ou seja, o método científico, com base em uma orientação positivista, e está associado à utilização

de ferramentas quantitativas de investigação (DENZIN; LINCOLN, 1994). Neste paradigma, não se separa teoria e método, pois se o cientista aceita uma série de pressuposições sobre o mundo, então suas decisões sobre os procedimentos metodológicos terão que estar alinhados à teoria assumida como pressuposto de investigação em sua pesquisa (ROHIT, 1983).

Na abordagem hipotético-dedutiva, então, as teorias são tidas como verdadeiras até o momento em que algum fato venha a surgir para falsificá-las (POPPER, 1972). Portanto, toda teoria permanece falsificável, compreendendo-se a partir dessa premissa que todo conceito, todo objeto científico pode ser transformado ou abandonado, se deixar de oferecer uma solução satisfatória para as problemáticas que os provocaram (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991).

A teoria terá a função, na pesquisa, de gerar construtos que, finalmente, levarão às variáveis de pesquisas propriamente ditas. Neste sentido, entende-se como construto, nas ciências sociais, uma imagem ou uma ideia criada especificamente para uma determinada pesquisa e/ou criação da teoria e advém da combinação de diversos conceitos, muitas vezes abstratos; por outro lado, variáveis são análogas dos construtos, porém com atribuições numéricas para verificações mensuráveis. Enquanto o construto está no plano puramente teórico, relacionando-se com as proposições e as teorias, de forma abstrata e, portanto, não podendo ser observado concretamente, as variáveis de uma pesquisa estão no plano empírico, no qual as proposições são traduzidas em hipóteses a serem testadas (COOPER; SCHINDLER, 2003).

A base teórica é construída sobre a revisão de literatura em relação ao tema em questão. Metcalfe (2003) advoga que a revisão de literatura fornece a evidência que apoia uma tese (argumento) por tratar os autores como “experts” nos temas em questão. Contudo, o autor visualiza que muitas vezes estes autores tornam-se “vítimas” de uma situação em que a teoria é utilizada como pano de fundo para um argumento e não como a base de uma investigação. Ou seja, muitas vezes, o pesquisador pode estar indo buscar na teoria tão somente evidências para dar suporte às suas hipóteses e não o contrário, transformando o uso da teoria num argumento de sua retórica.

O maior valor da abordagem hipotético-dedutiva é que permite que os pesquisadores façam uso do trabalho prévio de outros pesquisadores, num processo de acumulação e construção do conhecimento. Contudo, sua limitação é a de que ela só possibilita se testar se

ou não, ou em que extensão, a relação hipotética existe. Não ajuda, portanto, o pesquisador a identificar que outro fator, não antecipado, possa existir, como, por exemplo, variáveis contingentes ou novos construtos. Ademais, o pesquisador perde a riqueza do dado que o respondente poderia fornecer numa conversa menos estruturada (MINTZBERG, 1979). Esta limitação da abordagem dedutiva é o foco da indutiva, cuja discussão é apresentada a seguir.

3. A ABORDAGEM INDUTIVA

A indução é definida como um processo em que, a partir de uma sensibilidade singular, captada por todos os sentidos, alguém captura conceitos e princípios universais através do intelecto (KJELD DAL, 2002). O raciocínio indutivo é, portanto, um processo de construção teórica, que tem início com a observação de algo específico para procurar estabelecer generalizações a respeito do fenômeno sob investigação (HYDE, 2000).

Esta definição, contudo, traz uma incoerência, no que se refere a generalizações, com a própria abordagem científica de indução. Lincoln e Guba (1985) defendem que generalizações não são encontradas, de fato, na natureza; elas são, na verdade, criações ativas da mente. Neste raciocínio, o próprio entendimento de teoria passaria pela compreensão de que, dentro de um dado domínio, nenhuma teoria é aceita como única.

Neste sentido, a generalização que parece adequada a uma abordagem indutiva é a generalização analítica, em que o objetivo é o de expandir e generalizar teorias e não estabelecer a frequência com a qual um fenômeno tem a probabilidade de ocorrer. Smaling (2003) chama este tipo de “generalização teórica”, por tratar da generalização de um caso para outros que pertencem ao escopo de uma dada teoria que envolve ambos.

O papel da teoria na abordagem indutiva é opostamente diferente da abordagem hipotético-dedutiva. Enquanto esta última tem início com uma teoria expressa na forma de hipótese a ser testada, a abordagem indutiva evita isto, no sentido de não fechar prematuramente uma possibilidade de investigação (ALI; BIRLEY, 1999). Se uma teoria tem um papel na abordagem indutiva mais purista, é num estágio posterior do processo de pesquisa, quando os dados já estão coletados e serão observados, então, sob a luz de alguma teoria que ajude a interpretá-los (LINCOLN; GUBA, 1985).

Um exemplo de pesquisa indutiva é o método etnográfico, que detém uma forte ênfase na exploração da natureza de um fenômeno social particular, ao invés de estabelecer e testar hipóteses sobre ele, assumindo uma tendência de trabalhar primordialmente com dados não estruturados (ATKINSON; HAMMERSLEY, 1994).

O raciocínio indutivo está fortemente associado a abordagens epistemológicas mais recentes, e consideradas alternativas ao positivismo, como o interpretativismo e o construtivismo, e está associado à utilização de ferramentas qualitativas de investigação (SCHWANDT, 1994, WIESENFELD, 2000).

O termo qualitativo não tem um significado preciso, sendo um tipo de guarda-chuva que cobre uma variedade de técnicas que buscam descrever um fenômeno no mundo social (VAN MAANEN, 1979). Neste sentido, os métodos qualitativos enfatizam a representação da realidade através dos olhos dos participantes. O foco é sobre o respondente e são suas reflexões, opiniões e comportamentos que devem guiar a pesquisa. Por isto, uma pesquisa qualitativa tem início com uma questão de pesquisa e com observações detalhadas do mundo ao invés de objetivos e hipóteses (ALI; BIRLEY, 1999).

A pesquisa qualitativa apresenta características específicas que resultam num menor número de unidades de amostra, cujo critério é descrito como reconhecendo a existência de intencionalidade; num conteúdo composto de descrições detalhadas de situações relativas aos dados coletados do sujeito em análise com citações objetivas sobre suas experiências, atitudes, hábitos, credos e pensamentos; e, finalmente numa contextualização de eventos, pessoas, interações e observações de comportamento. Para isso, cabe o registro sistemático das constatações, de passagens de documentos, correspondências e o estudo de situações peculiares relativas ao fenômeno em observação (LEININGER, 1994).

O maior valor da abordagem indutiva é que permite que os pesquisadores façam descobertas de novos fenômenos ou variáveis, num processo de enriquecimento da própria teoria vigente. Contudo, sua limitação é a de que, não considerando a teoria existente, pode incorrer na incompreensão dos fenômenos pesquisados ou ainda não conseguir compreendê-los ou mesmo reconhecê-los. Ademais, o pesquisador passa a ter um esforço muito maior em sua coleta de dados, correndo o risco de que muitas das informações levantadas terminem por não ter utilidade quando de suas interpretações.

4. GUERRA DOS PARADIGMAS?

A distinção entre, de um lado, a pesquisa qualitativa e o intuitivismo e, de outro, a pesquisa quantitativa e o dedutivismo, é amplamente aceita como inerente à própria essência das diferenças epistemológicas entre as orientações e como elas fazem uso da teoria e utilizam diferentes métodos de investigação. A pesquisa qualitativa é orientada para a descoberta, a exploração, o expansionismo, a descrição, a indução; a pesquisa quantitativa é orientada para a verificação, a confirmação, o reducionismo, o inferencial, o hipotético-dedutivo (ALI; BIRLEY, 1999; ROHIT, 1983).

Estas diferenças têm levado a um debate sobre qual seria a correta metodologia para a pesquisa social, criando a chamada “guerra dos paradigmas”, que sugere que as abordagens são inconciliáveis (BURRELL; MORGAN, 1979; GUBA; LINCOLN, 1994; LINCOLN; GUBA, 1985).

É possível que o que esteja no cerne da questão da citada “guerra dos paradigmas” seja a própria noção de paradigma e como os métodos de pesquisa podem atender às demandas de cada paradigma. O termo “paradigma” deve ser entendido como uma base ontológica e epistemológica que fundamentam as teorias organizacionais modernas. Caldas (2005, p. 55) nos lembra que:

Burrell e Morgan (1979) sugeriam que o campo de teoria organizacional seria formado por uma série de posições epistemológicas e ontológicas de base, as quais formariam algumas posições metateóricas a priori no desenvolvimento científico em análise organizacional. Cada um desses quase-paradigmas paralelos coexistiria na área e influenciaria teorias que seriam aprisionadas por seus próprios pressupostos e desconheciam ou ignorariam os demais “silos” representados por “campos concorrentes”. Por sua vez, cada um desses campos de conhecimento iniciariam ciclos (ditos “paradigmáticos”) semelhantes aos que Kuhn (1970) havia descrito a partir de seu conceito de “resolução de quebra-cabeças” (McCourt, 1997).

Aceitar que diferentes paradigmas podem ser inconciliáveis – sobretudo o positivismo e o interpretativismo, e outras orientações contemporâneas, como o socioconstrucionismo e a teoria crítica, dentre outras – parece aceitável, sobretudo se se considerar que, antes de uma orientação epistemológica, a própria orientação on-

tológica determinará como o pesquisador observará a “realidade” e, portanto, em última instância, os próprios dados.

Como mencionado, o *continuum*, apresentado por Morgan e Smirch (1980), tem como polos a visão da natureza da ciência social, a saber: objetiva e subjetiva. Contudo, entre estes existem diversas suposições ontológicas e de natureza humana, cujas fronteiras não estão bem delineadas. Diante disto, Silva e Neto (2006, p. 61) questionam: “existiria possibilidade de se promover a interação entre essas abordagens?”.

Em decorrência dos debates, os estudos organizacionais têm trilhado um caminho em direção à contraciência, ou seja, para o desconstrucionismo e para a pós-modernidade (CABRAL, 1998). Ora, o que pode ser percebido é mais conflito que consenso, quando o assunto está relacionado ao campo da Administração. Aquilo que foi originado por Burrell e Morgan (1979) transformou-se em uma “Babel” no qual o resultado é uma fragmentação de opiniões. Silva e Neto (2006) apontam evidências de que os estudos organizacionais ainda têm muito que evoluir. Esses autores apontam para o fato de que é nesta seara onde se encontra o debate qualitativo-quantitativo, o qual ainda não aparenta ter um final consensual visível. Certas são as inúmeras críticas à incomensurabilidade dos paradigmas. Porém, como estariam os estudos organizacionais sem este debate iniciado em 1979? Hoje, olhar o fenômeno a partir de uma perspectiva multiparadigmática permite que pesquisadores que veem os estudos organizacionais como sendo multifacetados desenvolvam trabalhos utilizando a triangulação de métodos e técnicas de pesquisa oriundos de diversas abordagens.

Assim, associar a natureza do método de pesquisa à própria orientação paradigmática pode não ser uma abordagem adequada. Neste sentido, alguns autores entendem que a dicotomia dedutivismo-quantitativa/indutivismo-qualitativa não seja tão útil (GIOIA; PITRE, 1990; PARKE, 1993; SCHULTZ; HATCH, 1996). Para estes, a observação de um fenômeno não deve ser feita a partir de uma decisão paradigmática *a priori*, visto que pode trazer limitações. Do ponto de vista dos métodos de coleta e análise dos dados, por exemplo, alguns pesquisadores assumem posturas de integração dos métodos, os quais em conjunto podem produzir resultados de forma mais consistente que se estivessem adotando um único método (RISJORD; MOLONEY; DUNBAR, 2001; MILES; HUBERMAN, 1994).

Do ponto de vista do papel da teoria, existem algumas visões de que tanto a abordagem indutiva pode ser utilizada na pesquisa quantitativa quanto a abordagem dedutiva pode ser utilizada na pesquisa qualitativa. Com relação à orientação epistemológica, é realmente compreensível que uma abordagem hipotético-dedutiva seja adequada para orientações mais objetivas, enquanto uma abordagem indutiva seja adequada para orientações mais [inter] subjetivas. Entretanto, pode ser útil se observar tais pontos não da forma purista, conforme apresentada nas seções anteriores, mas como opostos dentro de um *continuum* e não entre si.

Desta forma, a seção seguinte apresenta uma visão em que os raciocínios dedutivo e indutivo são utilizados de forma mista. Tal visão aponta, portanto, para novas formas de se utilizar a teoria nos diferentes métodos de pesquisa.

5. ABORDAGENS MISTAS

A visão de que podem existir abordagens mistas nos métodos de pesquisa sugere que é possível se apoiar tanto no raciocínio dedutivo quanto no indutivo. Contudo, a base de orientação ainda continuará focada em uma das orientações, ora sendo a dedução utilizada para apoio em investigações indutivas, ora sendo a indução utilizada para apoio em investigações hipotético-dedutivas (SCHULTZ; HATCH, 1996).

De um lado, autores positivistas sugerem que indução e dedução podem ser utilizadas de forma sequencial numa pesquisa quantitativa. Esta abordagem é definida por Cooper e Schindler (2003) como o “movimento duplo do pensamento reflexivo”, em que existe a indução quando se observa um fato e pergunta-se o porquê de seu acontecimento. A partir disto, gera-se uma hipótese plausível de se explicar o fato, incorrendo-se, portanto, numa dedução.

A teoria, nesta abordagem, continuará sendo o centro para a construção de hipóteses. Contudo, sua busca terá início num questionamento indutivo sobre possíveis explicações de um dado fenômeno, o que possibilitará que a mesma seja utilizada de forma focada e adaptativa ao problema em questão.

Nesta abordagem, os questionamentos podem surgir em diferentes etapas da pesquisa, inclusive na interpretação do dado. Desta forma, não bastará que os dados “falem por si só”, mas significados precisam ser tirados deles. Esta parece uma abordagem bastante

coerente com o posicionamento pós-positivista, que busca a falsificação das teorias existentes (POPPER, 1972).

Por outro lado, Ali e Birley (1999) apontam o uso de teoria para orientar uma pesquisa qualitativa, introduzindo, portanto, um grau de reducionismo ao processo de coleta de dados, o que não elimina sua habilidade de descrever e explorar, mas pode reduzir a extensão em que se pode fazer isto. Os autores argumentam que se trata de uma área mista, em que a teoria existente é utilizada, mas é apresentada na forma de construto e não de variáveis, o que é definido como “modelo de construto”. Tal abordagem pode ser sinérgica com a pesquisa qualitativa, já que o processo de coleta de dados, nesta premissa, pode ser mais fluido e adaptativo às necessidades dos respondentes. Além do mais, não elimina a possibilidade de que o pesquisador possa descobrir questões que não tinha em mente quando a investigação começou.

Um exemplo disto pode ser dado ao se fazer uma pesquisa sobre desempenho (um construto), possibilitando que se eliciem dados referentes a vendas, lucros, participação de mercado (variáveis), dentre outros. De fato, tomando-se esta abordagem, assume-se que o respondente pode identificar e se focar nas variáveis mais importantes para ele. Em contraste, se o pesquisador especificar perguntas sobre lucros, pode fechar possibilidades de respostas, como ocorre na abordagem puramente dedutiva.

A conclusão é de que, conseqüentemente, a pesquisa qualitativa pode utilizar, de forma bastante vantajosa, desta abordagem mista para guiar sua investigação, desde que este modelo seja composto de construtos e não de variáveis.

Os mais puristas do indutivismo poderiam torcer o nariz para esta perspectiva, mas é possível que não o fizessem se esta proposta sugerisse não a noção de construto, mas a de uma teoria geral. Se, do ponto de vista paradigmático, esta mudança traria implicações importantes, do ponto de vista da prática de pesquisa, não seria uma diferença substancial.

Neste sentido, existem razões adicionais para se utilizar modelos compostos por construtos ou uma teoria geral. Primeiro, se o pesquisador qualitativo for lidar com temas gerais ao invés de específicos, significa que diferentes respondentes podem enunciar diferentes “variáveis”. Numa situação destas, a especificação *a priori* de construtos provê um meio útil de se obter sentido nas diversas

informações obtidas pelos vários respondentes. Ademais, desde que, em sua análise, o pesquisador esteja disposto a identificar as relações entre as variáveis e os construtos ou a relação entre os achados e a teoria geral, esta abordagem possibilita que se extraia dos próprios respondentes que relações existem em circunstâncias particulares, distinguindo-se entre diferentes construtos.

A segunda razão adicional é que um construto ou uma teoria geral provê um foco ao estudo, mas, diferentemente das variáveis, eles são inerentemente mais gerais e, portanto, deixam abertas as oportunidades para se encontrar novos achados. Na verdade, existe uma clara pressão sobre os pesquisadores para gerar achados sobre um tópico específico. Identificar construtos específicos ou uma teoria geral com que trabalhar é um forte apoio neste sentido. Sobretudo porque nesta abordagem existe a oportunidade de se identificar novas variáveis ou construtos, ou ainda relações com outras teorias, relevantes à questão de pesquisa, o que se torna sua grande força (ALI; BIRLEY, 1999).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os estudos que buscaram aprimorar a visão original de Burrell e Morgan (1979), pode-se perceber que propostas estão sendo apresentadas, muito mais para aprimorar seus pressupostos. A construção de teorias, por meio de abordagens multiparadigmáticas que utilizam metatriangulações, também foi proposto (LEWIS; GRIMES, 1999; GIOIA E PITRE, 1990).

Entende-se que novas formas de olhar um fenômeno tendem a novas descobertas e novos caminhos. Não é possível afirmar que uma abordagem é mais apropriada que outra, na busca pelo entendimento e solução de um problema (MORGAN, 1980). Citando Cabral (1998), Silva e Neto (2006) afirmam que superar a lacuna clássica entre o prático e o filosófico é o desafio do pesquisador. Existe uma tendência de que a utilização de enfoques diferentes amplia o aprendizado sobre um fenômeno (RODRIGUES FILHO, 1997). Neste sentido, percebe-se que a perspectiva multiparadigmática vem ganhando espaço, se tornando uma realidade neste complexo mundo em que as organizações operam. Morin (MORIN; MOTTA; CIURANA, 2003) é enfático ao defender a necessidade de olhar a complexidade. Aqui, destaca-se que toda teoria se configura como simplificação da realidade. Com isto, temos uma impossibilidade mesma da neutralidade do pesquisador quando da utilização de

teorias, sejam estas para construção e confirmação de hipóteses, sejam estas para interpretação de seus resultados.

A perspectiva multiparadigmática ainda não atingiu seu potencial de expandir as interpretações atuais dos fenômenos organizacionais que têm características complexas e paradoxais (LEWIS; GRIMES, 1999). Neste sentido, se faz necessário um olhar que contemple a realidade como ela é, rompendo fronteiras e evitando egocentrismos de posições (SILVA; NETO, 2006).

Considerando-se o que foi apresentado, parece plausível que a principal conclusão a que se pode chegar é de que o que é mais importante sobre o papel da teoria no método de pesquisa é como ela será utilizada. As evidências sugerem que se mover de uma abordagem purista – seja dedutiva ou indutiva – para uma mista pode trazer benefícios à pesquisa social. De fato, tanto os pesquisadores qualitativos podem se beneficiar com a especificação de construtos *a priori*, que ajudem a formatar o desenho inicial da pesquisa, quanto os quantitativos podem se beneficiar do raciocínio indutivo no próprio processo de elaboração de hipóteses (EISENHARDT, 1989; MILES; HUBERMAN, 1994).

É importante se ter em mente que o pesquisador costuma estar em algum ponto do *continuum* entre estes dois extremos. É possível, e até provável, que as diferentes orientações façam com que o pesquisador esteja sempre mais próximo a um dos extremos, mas não reconhecer a utilidade do outro lado do *continuum* pode levá-lo a correr o risco de chegar a resultados insípidos e, muitas vezes, quiçá, a um resultado concreto.

Nesse sentido, vale ressaltar que nem a proposta do movimento duplo do pensamento reflexivo nem a do modelo de construtos ou a de uma teoria geral fogem às suas abordagens originais, quais sejam o dedutivismo ou o indutivismo, respectivamente, tendo em vista que, no primeiro caso, a indução ocorre apenas como meio de geração de hipóteses, enquanto, no segundo, a teoria apenas põe um foco na investigação indutiva.

REFERÊNCIAS

ALI, H.; BIRLEY, S. Integrating deductive and inductive approaches in a study of new ventures and customer perceived risk. *Qualitative Market Research*, Bingley, England, v. 2, n. 2, p. 103, 1999.

ATKINSON, P.; HAMMERSLEY, M. Ethnography and participant observation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Handbook of qualitative research. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

BERICAT, E. La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social. Barcelona: Ariel, 1998.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

CABRAL, A. C. D. A. Reflexões sobre a Pesquisa nos Estudos Organizacionais: Em Busca da Superação da Supremacia dos Enfoques Organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 22., 1998, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos. Foz do Iguaçu: Anpad, 1998. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=53&cod_evento_edicao=2&interna=true#organizacoes_e_estrategia>. Acesso em: 25 jun. 2010.

CALDAS, M. P. Paradigmas em Estudos Organizacionais: uma introdução à série. Revista de Administração de Empresas, v. 41. n. 1, p. 53-57, 2005.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: _____ et al (Ed.). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: entering the field of qualitative research. In: _____; _____. Handbook of qualitative research. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

DESHPANDE, R. Paradigms lost: on theory and method in research in marketing. Journal of Marketing, v. 47, p. 101-110, fall 1983.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. Academy of Management Review, Birmingham, AL, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

GIOIA, D. A.; PITRE, E. Multi-paradigm perspectives in theory building. Academy of Management Review, Birmingham, AL, v. 15, n. 4, p. 584-602, 1990.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Handbook of Qualitative Research. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

HYDE, K. F. Recognizing deductive processes in qualitative research. Qualitative Market Research, Bingley, England, v. 3, v. 2, p. 82, 2000.

KJELDAL, S. E. Back to basics: the sequencing of inductive and deductive. *Forum of Qualitative Social Research* [On-line Journal], v. 3, n. 3, sept. 2002.

LEININGER, M. Evaluation criteria and critic of qualitative research studies. In: MORSE, J. (Org.). Critical issues in qualitative research methods. Londres: Sage Publications, 1994.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulation: Building theory from multiple paradigms.

- Academy of Management Review, Birmingham, AL, v. 24, n. 4, p. 672-690, 1999.
- LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. *Naturalistic inquiry*. Londres: Sage Publications, 1985.
- METCALFE, M. Author(ity): the literature review as expert witnesses. *Forum of Qualitative Social Research* [On-line Journal], v. 4, n. 1, jan. 2003.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative data analysis: an expanded source book*. 2. ed. Londres: Sage Publications, 1994.
- MINTZBERG, H. An emerging strategy of "direct" research. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, p. 580-589, 1979.
- MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The Case for Qualitative Research. *Academy of Management Review*, Birmingham, AL, v. 5, n. 4, p. 491-500, 1980.
- MORIN, E.; MOTTA, R. D.; CIURANA, E. R. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como um método de aprendizagem pelo erro da incerteza humana*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PARKE, A. Messy research, methodological predispositions, and theory development in international joint ventures. *Academy of Management Review*, Birmingham, AL, v. 18, n. 2, p. 227-268, 1993.
- PFEFFER, J. Barriers to the advance of organizational science: paradigm development as dependent variable. *Academy of Management Review*, Birmingham, AL, v. 18, n. 4, 1993.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. 16. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1972.
- RISJORD, M.; MOLONEY, M.; DUNBAR, D. Methodological triangulation in nursing research. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 31, n. 1, p. 40-59, 2001.
- RITZER, G. *Sociology: a multiple paradigm science*. Boston: Allyn and Bacon, 1980.
- RODRIGUES FILHO, J. Desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas para análise das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 21., 1997, Angra dos Reis. Anais eletrônicos. Angra dos Reis: Anpad, 1997. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=54&cod_evento_edicao=1&interna=true#organizacoes>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- ROHIT, D. "Paradigms lost": on theory and method in research in marketing. *Journal of Marketing*, v. 47, n. 4, p. 101, fall 1983.
- SCHULTZ, M.; HATCH, M. J. Living with Multiple Paradigms: The Case of Paradigm Interplay in Organizational Culture Studies. *Academy of Management Review*, Birmingham, AL, v. 21, n. 2, p. 529-557, 1996.
- SCHWANDT, T. A. Constructivist, interpretativist approaches to human inquiry. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.
- SILVA, A. B. D.; NETO, J. R. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOL, C. K. et al (Ed.). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 53-87.

SMALING, A. Inductive, analogical, and communicative generalization. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 2, n. 1, 2003.

VAN-MAANEN, J. Reclaiming qualitative methods for organisational research: a preface. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, p. 520-526, 1979.

WIESENFELD, E. Between prescription and action: the gap between the theory and practice of qualitative inquiries. *Forum of Qualitative Social Research [On-line Journal]*, v. 1, n. 2, jun. 2000.